

O LIVRO, A LEITURA E O SILÊNCIO – A QUEBRA DA ORALIDADE NO APRENDER.

Leonardo Bruno Farias

UEPB / UNAVIDA-CG

leo_bruno_leo@hotmail.com

Palavras-chaves: Ensino de História – Metodologia – Narrativa

Segundo Chartier, há muito tempo os historiadores ocidentais consideram a relação entre impressão, publicação e leitura, *unicamente*, pelos padrões da invenção de Gutenberg. Ela seria uma condição necessária, um marco divisor, para a criação de um grande conjunto de leitores e para o desenvolvimento de uma atividade de publicação intensa. Se quisermos ver um bom exemplo percebamos as exigências para a conclusão de um curso superior. Um melhor conhecimento de livros e de publicações na China e no Japão nos adverte contra tal eurocentrismo. Embora de fundamental importância a invenção de Gutenberg não foi a única a estabelecer a possibilidade de disseminação em grande escala de textos impressos, pois, a utilização de gravação em madeira no Oriente já estava bastante estabelecida. Ela mantém uma forte ligação entre o manuscrito e a publicação, uma vez que os blocos gravados proviam de modelos de caligrafia e devido à durabilidade permitiam que muitos exemplares fossem impressos e o número de cópias de cada edição podia ser facilmente ajustado a demanda do mercado.

Além do mais, temos que pensar também que, mesmo no mundo Ocidental, antes ou depois da invenção de Gutenberg, publicar um texto não implicava, necessariamente, imprimi-lo, é verdade que a impressão substituiu o manuscrito como meio de reproduzir e disseminar textos após a metade do século XV, e também se tornou um meio mais seguro contra a possibilidade de erros após várias cópias do mesmo texto. Entretanto, a cópia manual, segundo Chartier, continuou a ocupar um lugar importante na circulação de vários gêneros de textos. Sua “publicação” estava fortemente ligada à difusão de cópias manuscritas entre um número limitado de leitores. Era o caso de panfletos políticos e folhetos informativos “publicados” por pequenos empresários, de trabalhos proibidos que circulavam em manuscritos clandestinos, de composição poética dos “escritores profissionais” ou de trabalhos eruditos dos membros da República das Letras.

Certeau, analisando M. Soriano e outros autores, em sua busca do tipo de literatura produzido no Antigo Regime, aponta que havia um fluxo de livros eruditos e de literatura popular, e que essa última nem sempre dizia o seu nome, o mesmo não acontecia com a primeira; um exemplo disso é que, se buscasse o autor de “As Mil e Uma Noites”, com certeza, esse seria um nome que haveria de ter se perdido nas malhas do tempo. E Soriano ainda distingue na literatura dita

popular, os “escritos para uso do povo” e as “obras autenticamente populares”, porque tanto nos contos escritos pelos Perrault, quanto nos almanaques – ***há profissionais como autores***. Portanto, eles revelavam a mentalidade dos intelectuais de sua época, além do que se fosse analisar a França durante o Antigo Regime, veria que apesar da divulgação ampla dos almanaques, em 1780, ela contava com 60% de sua população analfabeta e que esse número em 1685 era de 80%, o que nos leva a observar que os almanaques encontravam-se antes nas bibliotecas da classe média do que nas mãos do povo das classes mais baixas. Chartier observou-o e muitos dos arquivos o confirmaram: Os livrinhos (chamados de literatura de *colportage*) do século XVIII pareciam, portanto, ocupar a mesma posição que a atual literatura de bolso: atenderiam a um número maior de leitores, mas parece, sem ultrapassar a fronteira das classes favorecidas e médias.

Portanto, publicar, imprimir e depois ler era privilégio para poucos, já que a maioria da população estava à margem do letramento. Porém, a cultura popular não estremeceu, por causa disso, como aponta Soriano, quando diz que havia um *fluxo*, tanto erudito quanto popular. Um alimentando o outro.

Para Bollème, a literatura de elite do Antigo Regime degradou-se em uma cultura “popular”, elaborada por letrados especializados, mas possui, assim, a função transitória de despertar no povo uma necessidade de saber e de felicidade. Uma vez cumprido esse papel, em fins do século XVIII, o almanaque não teve mais razão de ser; torna-se “antiquado, obsoleto”, pois, o povo se põe então a falar a filosofia única, conjugação do bem viver, da ciência, da pesquisa e do gosto pela verdade, do desejo de felicidade, do esforço em direção à virtude. Porque acima de tudo os almanaques despertaram no povo a vontade de ser instruído, de saber sobre as coisas de serem racionais.

Não haveria, portanto, mais tempo para a oralidade? Poderia, então, tomar como sendo o fim do conto ou do contar na tradição oral? Não! A leitura, por incrível que pareça, nem sempre foi vista de forma tão positiva e muitas vezes foi rejeitada, havia até aqueles que a viam como um “veneno lento que corre nas veias”. Assim, ao contrário do que hoje procura-se fazer e/ou achar normal no incentivo que se dá a leitura junto à criança, ao jovem e ao adulto, sucederam-se, ao longo da história, vários movimentos para afastar as pessoas da leitura, vista como um grande perigo. A idéia de que os livros eram portadores de um veneno esteve por trás de movimentos que tinham a intenção de interditar essa leitura e, por isso, os mais diversos meios foram arranjados para esse *mister*. Segundo Abreu a certa altura do século XVIII, imaginou-se que a leitura oferecesse perigo para a saúde, pois o esforço continuado de tentar compreender um texto prejudicaria os olhos, o cérebro, os nervos e o estômago, como advertia Tissot que os inconvenientes dos livros frívolos são de fazer perder tempo e fatigar a vista; mas aqueles que, pela força e ligação das idéias, elevam a alma para fora dela mesma, e a forçam a meditar, usam

o espírito e esgotam o corpo; e quanto mais este prazer for vivo e prolongado, mais as conseqüências serão funestas.

Porém, o poder de alterar os hábitos e as sensações físicas, atribuídos a leitura, não eram, em si, um mal. O problema estava no fato de que os livros não ensinavam apenas conhecimentos outros, mas corrompiam a inocência, afastavam da virtude, favoreciam o crime, pois, as pessoas desejavam transpor para a vida real aquilo que elas liam nos livros. Também visto como imoral era o prazer proporcionado pela identificação com personagens envolvidos em cenas sensuais, por exemplo – imaginar-se vivendo as aventuras de um sultão em seu harém era tão reprovável quanto vivê-las efetivamente. Observo que essa característica de se deixar “levar” pelo que se lê/ouve não desapareceu com o tempo, pois, segundo Amarilha em sua pesquisa realizada sobre a relação da criança com a literatura em situação escolarizada nas escolas públicas no Estado do Rio Grande do Norte entre as séries de 1ª a 5ª, durante o ano de 1995, apontou dois eixos importantes: o lúdico e a comunicação. Nesse aspecto uma das questões mais estimulantes na pesquisa, segundo ela, no estudo das relações que a criança estabelece com a ficção, e que apresenta características do lúdico, foi levantada pela questão: que atividade você gostaria de fazer (após a leitura de um conto ou história)? A autora nos diz que grande número de crianças afirmou: “dramatização”. Diferentemente, também foi o resultado diante da seguinte questão posta em seguida: após a leitura é feita alguma atividade? Qual/quais? A grande maioria das crianças respondeu que eram feitas: “exercícios de gramática, ortografia, acentuação e outros.

Os professores continuam a repetir, então, o mesmo procedimento que proibia o acesso a essa “imaginação ativa”, já que em vez de estimular a imaginação da criança, vai-se atrás da medição de conhecimento e não do que se sente diante do lido/ouvido.

Da mesma forma que se sugeriram meios de impedir o acesso a leitura, considerando a gama de malefícios provocados por ela, nos romances, por exemplo, chegou-se a propor, na França, que houvesse leis proibindo tanto sua criação quanto a venda de nacionais e importados. No século XIX, houve um movimento, para termos idéia, de repressão à literatura de *colportage*, muito popular na França nesse período, que segundo Certeau fazia os brios das autoridades ferverem, por se tratar de um conteúdo “subversivo” e “imoral”, daí a necessidade de censura adequada, pois, segundo o Ministro do Interior francês em uma circular de aplicação da lei de 27 de julho de 1849 sobre a imprensa, escrevia aos prefeitos:

A característica mais comum dos escritos que se tenta espalhar no momento e aos quais se dá a forma mais popular é dividir a sociedade em duas classes, os ricos e os pobres, representar os primeiros como tiranos, os segundos como vítimas, incitar à inveja e ao ódio uns contra os outros e preparar, desse modo, na nossa sociedade, que tanto se preocupa com a união e a fraternidade, todos os elementos de uma guerra civil. (CERTEAU, 1995: 61)

Porém, Certeau chama a atenção para M. Soriano quando mostra que isso não passava de um velho reflexo, extraído da época da Fronda, em 1647 – 1653, quando a linguagem do “populacho”, minuciosamente apresentado por Perrault, havia se *transformado* em zombaria, ao mesmo tempo em que permitia ridicularizar os “clássicos”, já se apresentava como uma tentativa de uma quebra, de protesto entre a Cultura Popular e a Erudita. O burlesco dá o alcance da derrota do povo, cuja cultura é tanto mais “curiosa” quanto menos temíveis são os seus sujeitos. Por se tratar de uma captura do que havia no público (Cultura Popular) para o privado (transcrição para o papel daquilo que era do universo oral).

Segundo Soriano, a literatura popular é muito antiga, enraíza-se nas origens da história e é transmitida por uma tradição oral, e vai manifesta-se na literatura clássica. É justamente o processo inverso de Bollème, ela transparece, pouco a pouco, na obra dos letrados, exatamente quando, tal como Perrault, deixa de sentir qualquer “simpatia especial pelas massas trabalhadoras” e crê somente utilizá-las. Contrariamente à Bollème, Soriano vê “o movimento remontar às profundezas da tradição popular até as clássicas, e não descender de uma literatura de elite para produzir uma vulgarização estimulante”.

Independente do seu processo de ascender ou descender, vejo que as “viagens das tradições” se visitando mutuamente, ou seja, a cultura popular influenciando a erudita e vice-versa, estabelece, em minha opinião, uma troca necessária de saberes, que Ginzburg chama de circularidade cultural, pois, as “necessidades fundamentais” de ambas, muitas vezes só podem ser abastecidas ou preenchidas as lacunas existentes se houver essa inter(conexão) e, para mim, ambas ascendem, quando se buscam.

Assim, como a Catedral vai ser o livro-imutável e erudito que leva ao popular (povo) aquilo que ele devia aprender. Para Le Goff a construção desse saber/memória seria através de estágios. Já para Leroi-Gourhan ele seria através da transmissão. Do mesmo jeito que considero que a invenção da imprensa e sua ampla divulgação nos diversos usos aplicados à ela causam um divisor de águas na história da leitura, não apenas vinculada aos vitrais das catedrais, mas agora impressa nos livros e almanaques e, posteriormente, enciclopédias, etc., vão convidar quem os lê à querer saber, apre(e)nder; sei que as “revoluções da leitura” foram muitas, não só ligadas às mudanças impostas pela invenção de Gutenberg. Mesmo porque após a invenção da imprensa, os livros nunca foram à única maneira de continuar a obterem-se informações. Havia pinturas, imagens populares impressas, a instrução oral ainda continuava a existir, e por aí vai. Pode-se dizer que os livros foram, de algum jeito, o instrumento mais importante, depois de Gutenberg na transmissão de informação científica, por exemplo, incluindo também nesse pacote as notícias de eventos históricos.

Com isso, os livros tornam-se um instrumento muito importante para o conhecimento humano. Segundo Chartier a primeira grande revolução que o livro causa no cotidiano das pessoas consiste no longo processo que leva um número crescente de leitores a passar de uma

prática de leitura necessariamente oral, na qual ler em voz alta era indispensável para a compreensão do significado, para uma leitura visual, puramente silenciosa. Embora ambos os estilos de leitura tivessem coexistido na Antigüidade grega e romana, foi durante a Idade Média que a habilidade de ler em silêncio foi conquistada pelos leitores ocidentais. Restrita, a princípio, aos escribas monásticos, tal capacidade chegou às universidades durante os séculos XII e XIII e tornou-se prática comum entre cortesãos e aristocratas laicos a partir do século XIV. Essa tendência continuou após Gutenberg, até que mesmo o mais humilde dos leitores conseguiu adquirir um estilo e uma habilidade de leitura que não mais exigissem a oralização. Pode-se ver uma evidência, *ao contrário*, dessa evolução nas sociedades ocidentais de hoje, nas quais as pessoas são consideradas iletradas não somente pelo fato de não poderem ler de modo algum, mas também pelo fato de só serem capazes de entender um texto quando o lêem em voz alta.

A capacidade de ler silenciosamente marca uma ruptura fundamental nos hábitos das pessoas, pois, a partir do contato silencioso com o texto, possibilitou-se a leitura “ao gosto do freguês”, ou seja, permitiu-se até uma leitura mais rápida, especializada, já que, agora se poderia escolher uma leitura particular e, assim, aprofundar-se mais num determinado assunto, como também manter uma relação mais íntima com o texto, ao ponto de hoje poder dar-se ao luxo de grifar (em nossos próprios livros, diga-se de passagem) aquilo que mais interessa num texto de um autor. Essa primeira revolução, segundo Chartier, precedeu, portanto, a revolução ocasionada pela impressão, uma vez que difundiu a possibilidade de ler silenciosamente (pelo menos entre leitores educados, tanto eclesiásticos quanto laicos) bem antes de meados do século XV.

Com isso, na década de 80 do século XVIII, uma proliferação de vários fatores contribuiu para um crescimento da leitura em países como Suíça, Inglaterra, França e Alemanha, com a criação de Sociedades de leitura: Bibliotecas, clubes do livro e Bibliotecas de empréstimos possibilitaram o acesso a periódicos e livros sem ter de comprá-los, em consequência do aumento considerável da produção de livros ocasionada pela criação da prensa, como também, sem esquecer-se dos hábitos protestantes. Como também o aumento considerável no número de jornais em circulação é, segundo Chartier, a segunda revolução na leitura ainda durante a era da impressão de Gutenberg e antes mesmo da industrialização.

No Brasil, segundo Villalta, as bibliotecas na Colônia, do século XVI ao século XIX, foram poucas, tendo a propriedade de livros se concentrando nas mãos de um reduzido número de pessoas e se limitado a uns poucos títulos, preponderantemente de cunho devocional. Os donos de bibliotecas, em sua maioria, eram membros das elites, que combinavam a propriedade (de terras, gado e minas) ou o envolvimento no comércio a ofícios que exigiam uma educação mais esmerada. Assim, clérigos, advogados, médicos e funcionários públicos dos altos escalões destacaram-se como os principais proprietários de livrarias. A composição das bibliotecas (número de livros e distribuição desses pelas áreas do saber) dependeu menos da riqueza dos seus proprietários que das carreiras profissionais por eles abraçadas: não era o cabedal

portentoso que definia o interesse por livros, e sim os ofícios aos quais as pessoas se dedicavam e o nível educacional por eles exigido, havendo nas bibliotecas um maior número de livros relacionados às profissões de seus proprietários.

Títulos diferenciados eram buscados por essas bibliotecas particulares que ora respeitavam a F, L e R, ora contestavam, desde o século XVI até o século XIX os livros foram adquiridos, discutidos, combatidos, interditos, embora cada vez mais se tornassem objetos de leitura e de discussão privada, eram ocasionalmente alvos de acirrados debates públicos.

Lidos de diferentes modos – intensivamente e extensivamente, oral e silenciosamente, privada e publicamente –, os livros foram motivos de inventividade para alguns leitores. Presente desde o século XVI, esta percorreu um longo caminho, do qual restaram poucos vestígios, mas que ficou patente um acirramento dos ânimos na Colônia contra a F, L e R na passagem do Setecentos para o Oitocentos. Monarquia, sistema colonial, Igreja, fidalguia... Nada parecia ser poupado, evidenciando que a ordem F, L, R estava em seus estertores. Um império colonial estava prestes a ruir; e outro, numa transação conservadora, prestes a nascer, segundo Villalta.

Aqui, a prática que se criou a partir dessas instituições promoveu uma série de grandes transformações na leitura e na oralidade, porque mesmo se utilizando de um processo simples como a prensa, elas promoveram novos gêneros de textos e práticas de leitura: o número de livros era fechado e limitado; eles acabavam, por causa disso, sendo lidos, relidos, **memorizados** e **recitados**, possuídos e transmitidos de uma geração para outra, além da preferência como no caso da Colônia, escritas em língua francesa ou inglesa. Os assuntos tratados aqui versavam os vários estilos (Filosofia, Ciência, como também Religião, Moral, etc.), mas da relação religiosa e respeitosa que havia com a leitura houve também espaço para leituras mais irreverentes e desprezadas devido a uma imensa variedade de impressos efêmeros, apenas para lembrar a visão que se tinha pelo estilo bastante popular na França do século XVIII, denominada *colportage*.

Não preciso apontar a difícil relação das instituições religiosas como a Igreja, por exemplo, e os livros – os Autos de Fé têm páginas memoráveis sobre isso.

O Alvará instituído por D. Maria I em 30 de agosto de 1791, para a proteção contra atos heréticos é um exemplo disso, de que havia mais maldade numa Heresia escrita do que falada a viva voz ou praticada. Talvez o importante aqui para ser destacado seja que o livro dava condições de divulgação de idéias mais amplamente e, principalmente, sem muito barulho, uma vez que, podia ser lido à surdina, enquanto, um orador teria que ir até a praça pública ou qualquer outro lugar e se expor. Tal problema levou a tentativa de se sustar a produção de vários tipos de literatura.

Encontro, assim, uma pista na busca de entender como a escrita/leitura toma o lugar da tradição oral e, conseqüentemente, do contar histórias, da narrativa no processo de ensino-aprendizagem, e mesmo diante do memorizar e recitar vê-se que não havia muito espaço para que a narrativa pudesse se estabelecer como responsável pela (re)produção cultural, já que

as histórias muitas vezes, revelavam as “necessidades fundamentais” da sociedade em “educar” o seu povo.

Buscar entender como seria se tivéssemos dentro da preparação de nossa capacitação como professores de História as condições de se utilizar da narrativa de histórias para reforçar os conteúdos ministrados, faz parte de minhas reflexões já algum tempo; como também como posso perceber que a própria construção da memória e da história perpassa a leitura que faço, leio e ouço do que está ao meu redor, seja ontem ou hoje, é minha intenção.

Desta forma, creio que entender como acontece essa construção do que é preciso para formar/transformar o leitor me faz ir à direção dos elementos necessários para se construir um saber pedagógico sobre a arte de contar histórias no ensino de história, é o objetivo principal desse trabalho, já que, desde a mais remota Antigüidade, o homem utiliza-se da narrativa para passar as impressões sobre o seu mundo. Não é difícil encontrar nas mais diversas culturas os traços desse método que é essencial da capacidade humana de verbalizar suas experiências passadas e atuais.

Vejo em várias épocas que homens e mulheres (educadores) faziam uso da arte de contar histórias, como técnica para reforçar seus ensinamentos e tornar clara sua mensagem. Por isso, suas narrações, fossem de homens (*suas histórias*) ou eventos (*grandes eventos ou até momentos do cotidiano*), trouxeram até os dias de hoje uma condição de análise e assimilação desse conteúdo, de caráter ímpar, e mais que ninguém, eles são seus intérpretes, ou melhor, narradores, que abarcaram para si a responsabilidade de passar às gerações seu próprio conhecimento – da sociedade – e outros mais.

A narrativa fez e faz parte importante no processo de ensino-aprendizagem, pois, as histórias são de fundamental importância psico-social. Por isso, as histórias são uma chave para o imaginário, na qual realidade e imaginação se sobrepõem. Pode-se afirmar que a arte de contar histórias existiu desde quando o homem começou a falar e articular palavras e a arte da confabulação é um exemplo muito forte disso, ela há muito faz parte da história humana. A revista *Mente&Cérebro*, trouxe uma interessante reportagem sobre o título “Ficções da mente”, no qual aponta que “acreditar nas histórias que inventamos é mais comum do que se imagina. Estudos mostram que a confabulação está na gênese da compreensão do mundo”. Os neurologistas denominam de confabulação, histórias ou memórias fictícias da qual se tem certeza de sua veracidade. Elas não seriam mentiras, porque não há intenção de enganar, e as pessoas parecem acreditar no que estão contando ou confabulando. Até bem pouco tempo atrás, isso era visto apenas como deficiência neurológica, um sinal de que algo estava errado com a mente. Atualmente, no entanto, sabe-se que pessoas saudáveis também recorrem a essa prática, não apenas os considerados “esquecidos” pela anamnésia médica.

“A confabulação é sem dúvida mais que o resultado de um déficit na memória”, afirma o neurologista e filósofo William Hirstein, da Faculdade de Elmhurst, em Chicago, e autor do livro

Brain fiction (2005). Crianças e os adultos confabulam quando pressionados a falar sobre algo de que não têm nenhum conhecimento. Isso levanta dúvidas sobre a precisão dos depoimentos de testemunhas. Na verdade, todos nós podemos confabular de forma rotineira conforme tentamos racionalizar decisões ou justificar opiniões. Por que você me ama? Por que comprou aquela roupa? Por que escolheu determinada carreira? De forma mais extrema, alguns especialistas defendem que nunca temos a certeza do que é realidade, então, precisamos confabular o tempo todo para tentar compreender o mundo à nossa volta.

Com isso, na busca de montar um perfil de como a escrita e a leitura ocuparam lugar de destaque diante da oralidade (necessária a condição humana), tento seguir os eventos que alavancaram e construíram o seu “papel”, mesmo sob a mão de ferro daqueles que não as queriam por perto, souberam conquistar seu espaço e cativar o seu público, ao mesmo tempo em que busco na análise da tradição/cultura popular, repassada através da oralidade, perceber como se mantém ao longo do tempo, dando a base às “necessidades fundamentais”, que o próprio erudito abastece-se e renova-se, periodicamente, devolvendo mais apurado aquilo que dela pegou emprestado e de volta recebendo mais puro e ressignificado, para partir, agora, em direção de montar os elementos que dão à oralidade, à escrita, à leitura, a força que têm para subsidiar a história e a memória.

O palco ideal existe? O público pode ser escolhido? E o mais importante: qual história contar? Eis a questão. Houve um tempo quando a prensa de Gutenberg ainda não existia, a voz de um narrador se fez ouvir... era um contador de histórias...